



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

## **Abuso sexual na infância: o papel da reação materna e da empatia**

Andreia Gomes

Mestrado em,

Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Doutora Eunice Vieira Magalhães, Investigadora Integrada,  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2021





CIÊNCIAS SOCIAIS  
E HUMANAS

---

## **Abuso sexual na infância: o papel da reação materna e da empatia**

Andreia Gomes

Mestrado em,

Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Doutora Eunice Vieira Magalhães, Investigadora Integrada,  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2021



*A todas as crianças vítimas dos adultos  
e a todos os adultos que ainda têm uma criança vítima em si.*



## Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Eunice Magalhães, por ter dado um sentido prático pleno à palavra *orientação*: houve sempre lugar para uma crítica construtiva, para uma dúvida, para uma sugestão, para um encorajamento.

Aos meus avós, que nunca sossegam enquanto eu não sossegar.

Ao meu pai, a única pessoa que nunca me diz o que fazer, mas que faz tudo para que eu aprenda a escolher o caminho “certo”.

À Carla, por permanecer na minha vida como se cá estivesse desde sempre.

Ao pequeno Francisco, cujos “porquês” foram mais do que as minhas próprias questões ao longo deste percurso. É tão bom ver-te evoluir, mesmo quando a minha evolução passa por estar longe de ti.

À minha mãe – tudo quanto me deste transformou-me e eu quero transformar um pouco do mundo por isso.

Ao meu irmão Fábio, que não saberá o tema da minha dissertação se lhe perguntarem, mas saberá porque faço o que faço e como o faço e isto basta-nos.

À Rafaela. Não sei se tudo isto seria diferente sem ti. E não quero saber. Obrigada por teres feito da tua presença algo natural e por me permitires deixar transparecer o lado mau das coisas boas. O meu agradecimento, a ti, será feito pela vida fora.

À Flávia. Ouviste, no início, o meu desespero refletido em mil ideias e zero planos. E ajudaste-me, no fim, a concretizar *o plano*.

À Débora. Estás comigo em cada passo.

À Marta – foi um privilégio criar problemas e soluções contigo.

A todos, muito, muito obrigada.



## **Resumo**

As reações sociais ao abuso sexual na infância podem manifestar-se negativamente, a curto e a longo prazo, na saúde mental das vítimas. Neste sentido, é importante compreender os fatores subjacentes àquelas reações. Tanto quanto é do nosso conhecimento, a investigação não explorou, ainda, o papel da reação da figura materna ao abuso neste contexto. No presente estudo, pretende-se explorar o efeito da reação da figura materna ao abuso nas atribuições dos participantes face à experiência abusiva, à vítima e ao perpetrador, bem como o papel moderador da empatia nesta relação.

A amostra é constituída por 256 indivíduos (80.9% do sexo feminino), com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos ( $M = 35.48$ ;  $DP = 11.83$ ). Os participantes preencheram um conjunto de questionários que permitiram avaliar características sociodemográficas, empatia e as atribuições realizadas após a leitura de uma de três vinhetas em que a reação materna é manipulada (protege a vítima vs. culpa a vítima vs. nega a ocorrência do abuso).

Os resultados revelaram que a reação da figura materna prediz apenas a atribuição de culpabilidade ao perpetrador e, contrariamente ao esperado, as diferenças encontram-se entre as reações de culpa e negação do abuso. Especificamente, os participantes atribuem mais culpa ao perpetrador quando a figura materna culpabiliza a criança pelo abuso do que quando nega a sua ocorrência. Por outro lado, o papel moderador da empatia não se revelou significativo. São discutidas hipóteses explicativas, implicações para a prática e sugestões para a investigação.

**Palavras Chave:** Abuso sexual na infância; Reação materna; Empatia; Atribuições;

**Domínio Científico (APA):**

3020 Group & Interpersonal Processes; 3040 Social Perception & Cognition;



## **Abstract**

Social reactions to child sexual abuse can have a negative short and long term impact on the victims' mental health. As such, it's important to understand the underlying factors of these reactions. As far as we know, the research has not yet explored the role of the maternal figure's reaction to abuse in this context. In the current study we aimed to explore the effect of the maternal figure's reaction to abuse in the attributions towards the abuse, the victim and the perpetrator, as well as the moderating role of empathy in this relationship.

The sample is made of 256 individuals (80.9% of the female gender), aged 18-65 ( $M = 35.48$ ;  $SD = 11.83$ ). The participants field out a set of questionnaires assessing social demographic characteristics, empathy and the attributions done after reading of one out of three vignettes where the mother's reaction was manipulated (protecting the victim *vs.* blaming the victim *vs.* denying the sexual abuse).

Results showed that mother's reaction merely predicts the perpetrator's culpability and, unlike expected, the differences lie in the reactions of blaming the victim and denying the abuse. Specifically, the participants lay more culpability on the perpetrator when the mother blames the child than when she denies the abusive experience. On the other hand, the moderating role of empathy was not significant. Explanatory hypotheses, practical implications and research suggestions are discussed.

**Keywords:** Child sexual abuse; Mother's reaction; Empathy; Attributions;

**Scientific Field (APA):**

3020 Group & Interpersonal Processes; 3040 Social Perception & Cognition;



## Índice

Agradecimentos .....	i
Resumo .....	iii
Abstract.....	v
Introdução.....	1
1. Enquadramento Concetual.....	3
1.1.  Abuso sexual na infância: concetualização e prevalência .....	3
1.2.  Abuso sexual na infância: impacto e reações sociais .....	5
1.3.  Atribuições face ao abuso sexual de crianças: o papel da empatia .....	9
1.4.  Atribuições face ao abuso sexual na infância: o papel da reação da figura materna.....	10
1.5.  O presente estudo: objetivos e hipóteses de investigação.....	13
2. Método.....	15
2.1. Participantes.....	15
2.2. Materiais .....	15
<i>Questionário sociodemográfico</i> .....	15
<i>Escala de empatia (Milfonte &amp; Sibley, 2016)</i> .....	15
<i>Vinhetas de caso hipotético de abuso sexual</i> .....	16
<i>Questionário de atribuições face ao abuso sexual de crianças (adaptado de Davies &amp; Rogers, 2009)</i> .....	17
2.3. Procedimentos de recolha e análise de dados .....	17
3. Resultados.....	19
3.1. Estatística descritiva .....	19
3.2. O papel da empatia nas atribuições face ao abuso sexual em função da reação da figura materna ao abuso .....	20
4. Discussão.....	23
Conclusão .....	29
Fontes .....	31
Referências Bibliográficas.....	33



## Índice de Quadros

Quadro 3. 1 .....	19
Quadro 3. 2 .....	20
Quadro 3. 3 .....	21



## Introdução

As consequências potencialmente negativas do abuso sexual no ajustamento das crianças (WHO, 2017), têm-se traduzido num investimento significativo da investigação neste âmbito. A experiência abusiva pode constituir uma variedade de atos, pode ser perpetrada dentro ou fora do contexto familiar da criança e pode ocorrer em diferentes idades (Ventus et al., 2017). A investigação internacional sugere uma prevalência do fenómeno mais elevada para o sexo feminino (e.g., Moody et al., 2018), nomeadamente quando o abuso é de natureza intrafamiliar (e.g., Gekoski et al., 2016) e perpetrado por uma figura paterna (e.g., Frías & Erviti, 2014).

Sabemos que, em termos internacionais, o abuso sexual é a experiência menos prevalente dentro de todas as que constituem mau trato na infância (Almeida et al., 2020; Liu et al., 2020; Pereda et al., 2014). Em Portugal, verifica-se a mesma tendência, considerando que o referido tipo de abuso surge entre as categorias menos comunicadas e menos diagnosticadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CNPDPJC, 2020; 2021). Contudo, os dados estatísticos não englobam os casos (frequentes) em que o abuso permanece em segredo (e.g., Tener, 2017). Sabemos que este segredo é mantido por vários motivos, como a antecipação, por parte da criança, de reações sociais negativas (e.g., descredibilização, atribuição de culpa) – que tendem a ocorrer aquando da revelação (e.g., Kennedy & Prock, 2016).

Deste modo, é fundamental a identificação e a compreensão das variáveis explicativas das atribuições face ao abuso sexual na infância, com vista à proteção das vítimas. As atribuições relativas, entre outros, à gravidade da ocorrência abusiva e à credibilidade do relato da criança são influenciadas por diversos fatores como, por exemplo, o sexo do participante e a idade da vítima (e.g., Davies & Rogers, 2009). O presente estudo pretende contribuir para o aumento do conhecimento nesta área, ao explorar o efeito da reação da figura materna ao abuso – variável sob a qual a investigação ainda não se terá debruçado – nas atribuições de severidade ao abuso, de honestidade, credibilidade e culpabilidade à vítima e de culpabilidade ao perpetrador. Simultaneamente, será explorado o papel moderador da empatia na referida relação, tendo em conta a investigação que sugere a sua influência nas atribuições face ao abuso sexual (e.g., Bottoms et al., 2014).

Posto isto, o presente trabalho encontra-se estruturado mediante quatro capítulos. No primeiro, é feito um enquadramento concetual do abuso sexual na infância, partindo-se de aspetos gerais, como a prevalência e possíveis consequências do fenómeno, para um

maior foco, em seguida, na investigação e evidência empírica relacionadas com as atribuições face ao abuso e, em particular, com as variáveis que pretendemos explorar (i.e., reação da figura materna e empatia). No final do capítulo, são apresentados os objetivos do estudo e as hipóteses de investigação. Posteriormente, no capítulo 2, é descrito o método, englobando os participantes, os materiais utilizados e os procedimentos de recolha e análise de dados. O capítulo seguinte, por sua vez, é referente aos resultados e o capítulo 4, por último, é reservado à discussão, onde constam as limitações do estudo e as implicações do mesmo para a investigação e para a prática profissional.

## CAPÍTULO 1

### Enquadramento Concetual

#### 1.1. Abuso sexual na infância: concetualização e prevalência

A investigação sobre o abuso sexual na infância tem aumentado consideravelmente desde os anos 70 e, apesar de não existir, ainda, uma definição única do conceito, há um consenso generalizado de que este é um fenómeno complexo, que assume diversas formas e que ocorre em diferentes tipos de relações (Mathews & Collin-Vézina, 2019; Ventus et al., 2017). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2017), o abuso sexual na infância remete para o envolvimento de uma criança numa atividade sexual para a qual não é capaz de prestar o seu consentimento, uma vez que, em virtude do seu nível de desenvolvimento, não tem uma compreensão plena do ato.

A capacidade para prestar consentimento é o pressuposto para a distinção feita no Código Penal (2007) português entre crimes contra a liberdade sexual (Art.º 163º a Art.º 170º) e crimes contra a autodeterminação sexual (Art.º 171º a Art.º 178º). Os primeiros violam o direito da liberdade individual para decidir acerca das próprias práticas sexuais, partindo-se do pressuposto de que a vítima tem maturidade para dar o seu consentimento informado. Os segundos, por sua vez, remetem para vítimas cuja idade e nível de desenvolvimento não lhes permitem ainda ter maturidade suficiente para prestar aquele consentimento e abrangem, portanto, o abuso sexual na infância. Em Portugal, foi estabelecida a idade mínima de 14 anos para tal (Art.º 171º, Código Penal, 2007). A posição de superioridade que o perpetrador assume relativamente à vítima (Habigzang & Koller, 2011) traduz-se numa capacidade de poder ou controlo sobre a mesma que não é exclusivamente adquirida por adultos, podendo o abuso ocorrer entre menores de 18 anos (WHO, 2017). A natureza sexual dos atos que constituem abuso materializa-se num vasto leque de comportamentos destinados à gratificação sexual do perpetrador (e.g., carícias, masturbação, penetração vaginal e anal), incluindo aqueles que não envolvem contacto físico (e.g., exibicionismo, exposição a pornografia), dos quais a criança pode ou não ter consciência (e.g., voyeurismo) (Mathews & Collin-Vézina, 2019; Putnam, 2003).

Um dos aspetos que têm sido amplamente estudados ao longo dos anos no âmbito do abuso sexual na infância é a sua prevalência (e.g., Barth et al., 2013; Finkelhor, 1994a; Pereda et al., 2009a; Pereda et al., 2009b; Putnam, 2003; Stoltenborgh et al., 2014; Stoltenborgh et al., 2011; Walker et al., 2004). Finkelhor (1994a), uma referência clássica neste contexto, analisou um conjunto de estudos baseados em amostras referentes a 19

países e verificou que todos revelam histórias de abuso sexual na infância em pelo menos 7% das mulheres e 3% dos homens, variando até 29% nestes últimos, na África do Sul, e até 36% nas mulheres, na Áustria. Pereda e colegas (2009a) procederam à comparação entre as taxas de prevalência reportadas por Finkelhor (1994a) e outras referidas em estudos posteriores e encontraram resultados semelhantes – “parece existir um padrão geral que se mantém mais ou menos constante ao longo dos anos, especialmente nas mulheres” (Pereda et al., 2009a, p. 336). Pereda e colegas (2009b) realizaram, também, uma meta análise na qual analisaram estudos com amostras referentes a 22 países e concluíram que a prevalência do abuso sexual na infância é, em média, 7.9% nos homens e 19.7% nas mulheres. Outra meta análise, levada a cabo por Stoltenborgh e colegas (2011) procurou replicar e ampliar a de Pereda e colegas (2009b), incluindo um número superior de estudos. Stoltenborgh e colegas (2011) referem uma estimativa da prevalência de 7.6% para o sexo masculino e 18% para o sexo feminino, percentagens semelhantes às encontradas por Pereda e colegas (2009b) e, mais tarde, por Stoltenborgh e colegas (2014). Mais recentemente, Moody e colegas (2018) investigaram a estimativa da prevalência internacional dos maus tratos na infância, concluindo que o abuso sexual é o tipo de mau trato mais comumente estudado, sendo a América do Norte, a Europa e a Ásia os continentes com maior número de estudos. Uma vez mais, quando distinguido o sexo dos participantes, as taxas de prevalência revelaram-se, no geral, mais altas para o sexo feminino. Por exemplo, na Europa, a média foi de 14.3% para o sexo feminino e de 6.2% para o sexo masculino (Moody et al., 2018).

No caso português, Figueiredo e colegas (2004) não encontraram diferenças entre sexos em termos da prevalência deste tipo de mau trato (2.7% e 2.6% nos sexos feminino e masculino, respetivamente). Não obstante, estes resultados devem ser interpretados à luz de um conjunto de limitações, das quais se destaca a natureza de autorrelato da medida utilizada – *Childhood History Questionnaire*, desenvolvido nos EUA – e o facto de esta utilização ser pioneira em Portugal (Figueiredo et al., 2004). Com efeito, tal como destacam os investigadores, há a possibilidade de os dados obtidos através do relato dos participantes refletirem um certo nível de relutância em revelar a experiência de abuso, influenciando, assim, os resultados (Figueiredo et al., 2004). Por outro lado, considerando que se trata de uma primeira utilização do questionário no contexto português, é possível que alguns elementos culturais não se encontrem adequadamente adaptados, impactando, uma vez mais, os resultados obtidos (Figueiredo et al., 2004). Por sua vez, num estudo nacional mais recente, Almeida e colegas (2020) recorreram ao *Juvenile Victimization*

*Questionnaire* para analisar as prevalências de vários tipos de mau trato na infância e procederam, igualmente, à comparação entre sexos. No que respeita ao abuso sexual, a prevalência revela-se mais alta para o sexo feminino na maioria das experiências sexuais reportadas (e.g., 1.79% para o sexo masculino vs. 3.05% para o sexo feminino na categoria “agressão sexual perpetrada por um adulto conhecido”) (Almeida et al., 2020). Tal, aliado à consistência na literatura internacional relativamente ao facto de a maior parte das vítimas serem do sexo feminino, permite concluir que o sexo da criança constitui um fator de risco para o abuso sexual na infância.

Concomitantemente, a literatura sugere que a maior parte dos perpetradores são do sexo masculino e são indivíduos que a vítima conhece, nomeadamente, familiares (Enyedy et al., 2018; Finkelhor, 1994b; Fontanella et al., 2001; Gekoski et al., 2016; Loinaz et al., 2019; Majeed-Ariss et al., 2019; Magalhães et al., 2009; Reitsema & Grietens, 2015). O abuso sexual intrafamiliar, tal como o nome indica, refere-se àquele que ocorre num ambiente familiar, sendo que a relação entre a vítima e o perpetrador pode ou não ter uma natureza biológica (por exemplo, abuso perpetrado pela figura de um padrasto é, à semelhança do perpetrado por um pai biológico, considerado abuso intrafamiliar) (McNeish & Scott, 2018). Alguns estudos sugerem que, nestes casos, as figuras parentais (e.g., pai biológico, padrasto) são os perpetradores mais frequentes (Rice & Harris, 2002; Richards, 2011; Seto et al., 1999). Comparativamente com os rapazes, as raparigas apresentam maior probabilidade de serem vítimas de abuso sexual intrafamiliar (Finkelhor et al., 2014; Frías & Erviti, 2014; Gekoski et al., 2016; Goldman & Padayachi, 1997; Perdahli Fis et al., 2010). Adicionalmente, quando o perpetrador é o pai da vítima (e.g., Majeed-Ariss et al., 2019) existe, também, uma maior probabilidade de esta ser do sexo feminino (e.g., Edelson, 2012; Frías & Erviti, 2014).

## **1.2. Abuso sexual na infância: impacto e reações sociais**

A experiência de abuso sexual na infância pode estar associada a diversas consequências negativas em termos emocionais, comportamentais e cognitivos. Tendencialmente, estas consequências perduram na idade adulta e englobam baixa autoestima e baixa autoeficácia percebida, medo e desconfiança generalizados em relação aos outros, dificuldades no funcionamento social e interpessoal e adoção de comportamentos sexuais de risco (Courtois, 2004; Fergusson et al., 2013; Messman-Moore et al., 2000; Kendall-Tackett et al., 1993). Paralelamente, denota-se um risco acrescido para o desenvolvimento de psicopatologia, nomeadamente perturbações de somatização, perturbação de stress

pós-traumático, perturbações dissociativas, perturbações relacionadas com o abuso de substâncias, défice de atenção e hiperatividade e perturbações de ansiedade e depressivas, com a presença frequente de ideação suicida (Chapman et al., 2004; Courtois, 2004; Greene et al., 2016; Messman-Moore et al., 2000; Pérez-Fuentes et al., 2013). Adicionalmente, a literatura sugere que o abuso intrafamiliar e, concretamente, perpetrado por uma figura paterna, está associado a uma maior manifestação destes efeitos a longo prazo (Beitchman et al., 1992; Stroebel et al., 2012).

A evidência sugere que a frequente incapacidade de revelação por parte das vítimas – que mantém o segredo em que, normalmente, o abuso sexual na infância ocorre – é influenciada pela relação entre a vítima e o perpetrador, havendo uma menor probabilidade de revelação quando o abuso é de natureza intrafamiliar (Alaggia et al., 2017; Loinaz et al., 2019; Morrison et al., 2018; Tener, 2017). Na génese do segredo residem, muitas vezes, sentimentos ambivalentes por parte da vítima em relação ao perpetrador, a par do medo da criança relativamente às consequências da revelação (e.g., medo de reações sociais de descredibilização) – exacerbado pelas ameaças que, usualmente, são feitas pelo perpetrador – e de uma necessidade de proteger a família (concretamente, a figura materna, quando o perpetrador é o pai) (Foster & Hagedorn, 2014; Jensen et al., 2005; McElvaney et al., 2013; Petronio et al., 1996; Schaeffer et al., 2011; Schönbucher et al., 2012; Shalhoub-Kevorkian, 2005). Além disso, os perpetradores tendem a adotar um conjunto de estratégias que contribuem, igualmente, para a manutenção do silêncio, nomeadamente a seleção de vítimas particularmente vulneráveis (e.g., baixa autoestima) e acessíveis (e.g., contexto familiar) e o envolvimento em comportamentos de *grooming* que, em última instância, podem conduzir a sentimentos de vergonha e autoculpabilização por parte da criança e dificultar, assim, a revelação (Caprioli & Crenshaw, 2015; Collin-Vézina et al., 2015; Lyon & Dente, 2012). No seu conjunto, estes fatores contribuem para a “acomodação psicológica ao abuso” que, muitas vezes, as vítimas apresentam e que reflete um processo gradual de adaptação à experiência abusiva como estratégia de sobrevivência (Summit, 1983; Furniss, 1993).

Por outro lado, quando as vítimas revelam a experiência abusiva deparam-se, frequentemente, com reações sociais negativas que confirmam as consequências antecipadas (Kennedy & Prock, 2016). Estas reações incluem a desvalorização da ocorrência, a descredibilização da criança e a atribuição de culpa à mesma e são particularmente notórias nos casos de abuso intrafamiliar (Ullman, 2003; Ullman, 2007). Por exemplo, Davies e Rogers (2009) verificaram que a atribuição de honestidade às

vítimas varia em função da sua relação com o perpetrador, sendo as vítimas de abuso perpetrado pela figura paterna consideradas menos honestas do que aquelas em que o perpetrador era alguém desconhecido, resultado semelhante ao encontrado por Davies e colegas (2013) no que respeita à dimensão da credibilidade. Davies e Rogers (2009) analisaram, simultaneamente, as atribuições feitas aos perpetradores e ao abuso em si, obtendo resultados aparentemente contraditórios: apesar de o abuso perpetrado pela figura paterna ser percebido como mais severo do que o perpetrado por um amigo da família, o pai é considerado menos culpado do que aquele último. De acordo com os investigadores, a maior atribuição de severidade ao abuso perpetrado pela figura paterna sugere que este é considerado como mais prejudicial para a vítima em termos emocionais por se tratar de um comportamento contrário àquele que é naturalmente esperado dos pais – a proteção. Por outro lado, Davies e Rogers (2009) destacam que, aquando da atribuição de culpa ao perpetrador, a percepção do nível de premeditação do abuso pode constituir uma componente relevante. Esta hipótese poderá explicar a menor atribuição de culpa à figura paterna, cujo comportamento é possivelmente considerado como mais espontâneo (logo, menos premeditado), em virtude da sua maior proximidade física e/ou emocional com a vítima (Davies & Rogers, 2009).

As respostas sociais negativas à revelação do abuso têm consequências a curto e a longo prazo para as vítimas, incluindo mais sintomatologia de perturbações do foro psicológico (e.g., perturbação *borderline*, perturbação de stress pós-traumático e perturbações da ansiedade) (Arata, 1998; Hong et al., 2011; Palo & Gilbert, 2015; Roesler, 1994; Ullman & Filipas, 2005) e maior probabilidade de revitimação sexual (Brenner & Ben-Amitay, 2015; Hornor & Fischer, 2016). Torna-se, assim, importante identificar que fatores influenciam as atribuições feitas ao abuso, aos perpetradores e às vítimas, nomeadamente às vítimas mais novas, considerando que a probabilidade de ocorrência deste tipo de mau trato é maior entre os 5 e os 12 anos (Arcari, 2016; Maria & Ornelas, 2010) e que a probabilidade de revelação do abuso está inversamente relacionada com a idade, ou seja, quanto mais nova a vítima for, mais dificilmente revelará (Alaggia et al., 2017; Fergusson & Mullen, 1999; McElvaney et al., 2013).

Além disso – e considerando que a credibilidade incorpora uma dimensão de competência, isto é, a capacidade percebida para recordar e relatar um evento com precisão, e outra de confiabilidade, ou seja, a capacidade percebida para dizer a verdade (McCauley & Parker, 2001; Rogers & Davies, 2007) –, denota-se uma tendência generalizada para perceber as crianças mais novas como mais confiáveis,

nomeadamente devido à sua ingenuidade sexual (Bottoms & Goodman, 1994), mas, simultaneamente, como menos competentes. Este último aspeto parece estar associado à perceção de que as crianças mais novas são mais suscetíveis à sugestibilidade e de que as suas memórias acerca de um determinado evento são menos fiáveis (Bottoms & Goodman, 1994; Castelli et al., 2005; Nightingale, 1993).

A investigação tem-se centrado neste problema, explorando o papel de variáveis como a relação entre a vítima e o perpetrador, a presença de sintomatologia, a idade da vítima e o sexo do participante nas suprarreferidas atribuições (Davies & Rogers, 2009; Davies et al., 2013; Rogers & Davies, 2007; Rogers et al., 2007; Rogers et al., 2014). A consistência do efeito desta última variável encontra-se bem documentada na literatura, que revela que os participantes do sexo feminino, comparativamente com os do sexo masculino, além de considerarem o abuso como mais grave, atribuem, no geral, maior honestidade, maior credibilidade e menor culpabilidade à vítima e maior culpabilidade ao perpetrador (Alcantara et al., 2019; Back & Lips, 1998; Banton & West, 2019; Bottoms & Goodman, 1994; Crowley et al., 1994; Davies & Rogers, 2009; Davies et al., 2013; Magalhães et al., 2021; Rogers & Davies, 2007; Rogers et al., 2007; Rogers et al., 2009; Rogers et al., 2011; Rogers et al., 2014; Waterman & Foos-Goodman, 1984).

Estas diferenças de sexo podem ser explicadas à luz de diversas teorias. Uma delas é a teoria da “crença num mundo justo”, segundo a qual as pessoas no geral, e os homens em particular, acreditam que os eventos da vida são inerentemente justos e não existem, portanto, vítimas totalmente inocentes. Assim, indivíduos do sexo masculino que possuam este tipo de crenças mais fortes atribuirão mais culpa às vítimas de abuso sexual, algo que não se verifica entre as mulheres (Kleinke & Meyer, 1990). Por sua vez, a *defensive attribution hypothesis* de Shaver (1970) é uma das explicações mais mencionadas na literatura. Esta hipótese parte do pressuposto de que as pessoas desenvolvem, cognitivamente, estratégias de autodefesa e de autoproteção. Concretamente, destaca que as pessoas têm uma motivação para se defenderem da possibilidade de experienciarem eventos negativos, como uma agressão sexual (*harm avoidance*), mas, incapazes de controlar tal experiência e motivadas para defender a sua autoestima, procuram evitar ser percecionadas como responsáveis pela ocorrência (*blame avoidance*). Tais motivações são guiadas pela perceção de similaridade, tanto com aspetos pessoais (e.g., o carácter) da vítima do evento negativo em causa, como com as circunstâncias nas quais ela se encontra. Ou seja, no caso concreto de uma vítima de agressão sexual, há maior probabilidade de o observador lhe atribuir algum nível de culpa

pela ocorrência se a mesma possuir características (relevantes) percebidas como diferentes das suas porque acredita que, em circunstâncias idênticas, teria agido de modo diferente e evitado todas as oportunidades para ser vitimizado. Mas, se a vítima for percebida como tendo características semelhantes às suas, o observador não irá culpá-la porque quer evitar ser culpado caso o mesmo evento lhe aconteça. No contexto do abuso sexual, e tendo em conta que a maioria dos perpetradores são do sexo masculino e as vítimas do sexo feminino, os homens poderão, defensivamente, atribuir menos culpa aos perpetradores e mais às vítimas, comparativamente com as mulheres, que farão o oposto. Finalmente, o papel da empatia, por exemplo, surge como relevante se considerarmos que as mulheres, em termos gerais, são mais empáticas do que os homens (Bottoms, 1993).

### **1.3. Atribuições face ao abuso sexual de crianças: o papel da empatia**

A empatia é um construto multidimensional, constituído por componentes afetivos e cognitivos (Haegerich & Bottoms, 2000). Especificamente no contexto de abuso sexual na infância, Bottoms (1993) define a empatia como a tendência de um indivíduo para se identificar cognitiva e emocionalmente com as vítimas, “tendo sentimentos de preocupação, compaixão e compreensão pela sua experiência” (p.243). A empatia pode ser definida enquanto traço e enquanto estado. No primeiro caso, remete para diferenças individuais relativamente estáveis na capacidade geral para empatizar com os outros; no segundo caso, em contraste, remete para uma resposta temporária a um estímulo do ambiente social (Haegerich & Bottoms, 2000).

Ao investigarem o efeito da empatia enquanto traço nas atribuições feitas a vítimas de violação adultas, Deitz e colegas (1982) concluíram que os indivíduos com elevados níveis de empatia em relação à vítima fizeram julgamentos mais positivos sobre a mesma, nomeadamente, atribuíram-lhe menos responsabilidade pela agressão sexual. No contexto do abuso sexual na infância, Bottoms (1993) encontrou resultados semelhantes: quanto maior a empatia pela vítima, menores as atribuições de responsabilidade e maiores as atribuições de credibilidade à mesma. Por outro lado, Coller e Resick (1987) analisaram o impacto da empatia enquanto estado nas atribuições de culpa a vítimas de violação na idade adulta, mas não encontraram um efeito significativo. Por sua vez, Haegerich e Bottoms (2000) levaram a cabo o primeiro estudo que examinou o efeito da empatia induzida situacionalmente nas atribuições feitas a crianças vítimas de abuso sexual. Um aspeto particularmente interessante neste estudo é que a vítima é descrita como sendo,

simultaneamente, o perpetrador (i.e., a vítima assassinou o seu pai depois de alegadamente sofrer, durante anos, abuso sexual e físico). Contrariamente às expectativas dos investigadores, a empatia não revelou um efeito significativo nas perceções de credibilidade da vítima. Demonstrou, contudo, um efeito nas atribuições de culpa e responsabilidade: os indivíduos na condição em que foi induzida empatia atribuíram menos responsabilidade e culpa à vítima pelo homicídio, demonstrando uma maior tendência para acreditar que o abuso sexual é um fator atenuante na prática do crime (Haegerich & Bottoms, 2000). Já Bottoms e colegas (2014) verificaram que participantes mais empáticos tendem a atribuir, não somente menor responsabilidade, mas também maior credibilidade a crianças vítimas de abuso sexual. Por outro lado, num estudo recente, em que foi utilizado um cenário hipotético de abuso sexual intrafamiliar, Magalhães e colegas (2021) encontraram um conjunto de associações entre a empatia e as atribuições ao abuso. Especificamente, aquela revelou estar positivamente associada à severidade do abuso, à honestidade da vítima e à culpabilidade do perpetrador e negativamente associada à culpabilidade da vítima.

Enquanto variável individual passível de influenciar as atribuições face ao abuso sexual na infância, a empatia nem sempre surge, na literatura, como tendo um efeito direto nessas atribuições. Por exemplo, na sua meta análise, Jones e Bottoms (2020) concluíram que a empatia tem um papel mediador na relação entre a experiência individual de abuso sexual e as atribuições de credibilidade: comparativamente aos outros indivíduos, aqueles que experienciaram abuso sexual revelaram níveis mais elevados de empatia com a vítima e, por isso, perceberam-na como mais credível (Jones & Bottoms, 2020). Por outro lado, tal como anteriormente referido, as mulheres tendem a ser mais empáticas do que os homens, o que constitui uma possível explicação para as diferenças entre sexos no que respeita às atribuições face ao abuso sexual (e.g., Bottoms, 1993; Bottoms et al., 2014; Magalhães et al., 2021). Não obstante, no estudo de Bottoms (1993), a minoria de homens que fez atribuições mais positivas relativamente à vítima demonstrou níveis mais elevados de empatia pela mesma.

#### **1.4. Atribuições face ao abuso sexual na infância: o papel da reação da figura materna**

Nas sociedades ocidentais, existe uma forte crença generalizada de que a proteção das crianças é uma função primária dos seus pais, pelo que sempre que uma criança é vítima de alguma forma de abuso pressupõe-se que houve uma falha por parte da família em

providenciar aquele cuidado básico (e.g., Back & Lips, 1998; Berkowitz, 1997; Graham et al., 2007; Waterman & Foss-Goodman, 1984). Por exemplo, Back e Lips (1998) verificaram que 70% dos participantes no seu estudo atribuiu algum nível de responsabilidade aos pais pelo abuso sexual da filha, num cenário hipotético, sendo os principais motivos para essa atribuição o facto de que não deviam ter deixado a criança sozinha, no caso de crianças mais novas, e de que deviam tê-la ensinado a prevenir o abuso, no caso de crianças mais velhas (Back & Lips, 1998).

Paralelamente, predominam, ainda, estereótipos de género, nomeadamente no que concerne aos papéis da mulher e do homem na função de proteger um(a) filho(a). As mulheres e, concretamente, as mães, são percebidas de forma estereotipada enquanto principais figuras cuidadoras, o que pode conduzir à expectativa social de que elas, mais do que os homens/pais, são responsáveis pela proteção das crianças (Caplan, 1990; Croghan & Miell, 1995; Davies et al., 2013; Graham et al., 2007). Waterman e Foss-Goodman (1984) confirmaram esta hipótese ao verificarem que, perante uma situação de abuso sexual, apesar de ser atribuído um certo nível de responsabilidade pelo abuso a ambos os pais (não agressores), tal atribuição é superior em relação à figura materna. Num contexto de abuso intrafamiliar, Croghan e Miell (1995) acrescentam que “enquanto há maior probabilidade de os pais e as figuras parentais serem perpetradores, há também maior probabilidade de estes serem desculpados e exonerados comparativamente com as mães e as figuras maternas” (p.37).

Davies e colegas (2013) verificaram que as mulheres, comparativamente com os homens, julgaram a figura materna como mais culpada pelo abuso sexual da filha, num cenário hipotético, especialmente quando o perpetrador era o padrasto (*vs.* o pai biológico) da criança. Uma explicação para este resultado, sugerida pelos investigadores, prende-se com a possibilidade de os participantes do sexo feminino possuírem estereótipos mais acentuados do que os do sexo masculino no que respeita ao papel da mulher como protetora da família (Davies et al., 2013). Por outro lado, a mãe foi percecionada como mais culpada quando o perpetrador se tratava de uma figura parental emocionalmente distante (*vs.* próxima) da vítima, resultado semelhante ao verificado por Waterman e Foss-Goodman (1984) e, mais tarde, por Zagrodny e Cummings (2016). Tal, segundo Davies e colegas (2013), pode ser interpretado como uma perceção dos participantes de negligência materna em relação à segurança da criança, caracterizada pelo distanciamento e ausência de monitorização da mesma.

Ademais, a idade da criança parece desempenhar um papel importante nas atribuições

de responsabilidade e culpabilidade às figuras parentais num cenário de abuso sexual. Back e Lips (1998) verificaram que é atribuída maior responsabilidade a ambos os pais quando a criança é mais nova (6 vs. 13 anos). Tal resultado é semelhante ao encontrado por Rogers e colegas (2007), cujo foco se cingiu à figura materna, a quem foi atribuída maior culpabilidade pelo abuso quando a criança tinha 10 (vs. 15) anos. Quanto mais próxima uma criança se encontra da idade adulta, menor responsabilidade/culpabilidade é atribuída aos seus pais (não agressores) (Back & Lips, 1998), uma vez que uma criança mais nova pode ser vista como “tendo uma maior necessidade de proteção e supervisão maternas” (Rogers & colegas, 2007, p.133).

Não obstante os estereótipos centrados na figura materna como protetora, há evidência que revela que a reação materna num cenário de abuso sexual pode ser negativa (e.g., culpar a criança pelo sucedido) ou inconsistente e ambivalente (e.g., acreditar nas alegações da criança, mas não adotar um comportamento protetor), especialmente quando o abuso é de natureza intrafamiliar (Bolen, 2002; Elliott & Carnes, 2001; Heriot, 1996; Pintello & Zuravin, 2001; Ullman, 2003). Do mesmo modo, a literatura sugere a importância do papel da reação da família ao abuso nas percepções de culpabilidade que lhe são atribuídas. Graham e colegas (2007) levaram a cabo uma investigação pioneira neste contexto, examinando de que forma a reação da família face à revelação de abuso sexual da sua filha afeta as atribuições de culpa à vítima, à família e ao perpetrador. De facto, os resultados indicam que a família é percebida como menos culpada quando a sua reação é de suporte à vítima do que quando nega a ocorrência do abuso ou quando culpa a criança pelo mesmo (Graham et al., 2007). Em suma, se, perante a revelação de uma situação de abuso sexual, a reação da família for de não suporte à criança, esta tende a ser percebida como não protetora em dois domínios: não só permitiu que o abuso ocorresse, como não ofereceu suporte à criança após a ocorrência.

Anderson e Lyons (2005) avaliaram o impacto do suporte social nas atribuições de culpabilidade num caso hipotético de violação entre adultos. Foram tidos em conta o suporte da família, dos amigos e da comunidade local, concluindo-se que, de facto, as atribuições de culpa à vítima pela agressão sexual são influenciadas pela quantidade de suporte que a mesma recebe: as vítimas com suporte social foram percebidas como menos culpadas do que aquelas sem suporte (Anderson & Lyons, 2005). Porém, o estudo de Graham e colegas (2007) não permitiu concluir que estes resultados são generalizáveis à população de crianças vítimas de abuso sexual, na medida em que não verificaram um efeito da reação da família nas atribuições de culpabilidade à vítima, descrita como uma

jovem de 14 anos. Não obstante, e considerando que a idade da vítima influencia as atribuições à mesma num cenário de abuso sexual (e.g., Davies & Rogers, 2009), é possível que a reação da família (concretamente, da figura materna) tenha mais impacto naquelas atribuições no caso de uma criança mais nova (e.g., de 7 anos).

### **1.5. O presente estudo: objetivos e hipóteses de investigação**

Considerando o impacto, a curto e a longo prazo, que as reações sociais ao abuso sexual na infância podem apresentar no ajustamento psicossocial das vítimas (Arata, 1998; Brenner & Ben-Amitay, 2015; Hong et al., 2011; Roester, 1994), é premente explorar que fatores contribuem para as atribuições ao abuso sexual em si, aos perpetradores e às vítimas. A literatura indica que, se a reação da família ao abuso influencia as atribuições de culpabilidade à mesma, no que concerne às atribuições à vítima, Graham e colegas (2007) não encontraram um efeito significativo. Do mesmo modo, tanto quanto é do nosso conhecimento, não existem estudos que avaliem especificamente o papel da reação da figura materna ao abuso nas atribuições feitas às vítimas.

O presente estudo pretende dar resposta a esta questão, partindo dos pressupostos teóricos relacionados com os estereótipos existentes sobre o papel da mãe (Caplan, 1990; Croghan & Miell, 1995; Davies et al., 2013), particularmente notórios quando se trata de crianças mais novas (Back & Lips, 1998; Rogers et al., 2007). Com efeito, os resultados de Graham e colegas (2007) sugerem que a experiência abusiva intrafamiliar e a ausência de suporte familiar contrariam a premissa de que é uma função dos pais protegerem os seus filhos e, especificamente, poderão contrariar o estereótipo da mãe como a principal figura cuidadora e protetora. Assim, é possível que a reação da figura materna ao abuso possa influenciar, não somente as atribuições face a si mesma, mas à própria criança, i.e., esta pode ser considerada como menos credível se não tiver o suporte materno perante as suas alegações. Neste sentido, pretende-se explorar o papel da reação da figura materna ao abuso nas atribuições face ao mesmo, à vítima e ao perpetrador. Simultaneamente, e atendendo à investigação que aponta para o impacto da empatia, enquanto característica individual dos participantes, naquelas atribuições (Bottoms, 1993; Bottoms et al., 2014; Haegerich & Bottoms, 2000; Jones e Bottoms, 2020), pretende-se analisar o seu papel moderador na relação descrita.

Assim, foram formuladas as seguintes hipóteses de investigação: (a) a presença de suporte materno prediz atribuições mais positivas face ao abuso sexual (menor atribuição de responsabilidade e culpabilidade à vítima e maior ao perpetrador, maior atribuição de

severidade ao abuso, maior atribuição de honestidade e credibilidade à vítima); (b) os participantes com pontuações mais reduzidas na empatia farão atribuições mais negativas ao abuso sexual (maior atribuição de responsabilidade e culpabilidade à vítima e menor ao perpetrador, menor atribuição de severidade ao abuso, menor atribuição de honestidade e credibilidade à vítima) do que os participantes com pontuações mais elevadas na empatia, particularmente em circunstâncias de não suporte materno, i.e., em que a figura materna nega a ocorrência do abuso ou culpa a criança pelo mesmo.

## CAPÍTULO 2

### Método

#### 2.1. Participantes

Os critérios de inclusão para a participação neste estudo incluíam ter uma idade igual ou superior a 18 anos e compreender a língua portuguesa. Acederam ao presente estudo 352 adultos, no entanto, apenas 256 apresentaram respostas válidas e foram incluídos nas análises. Os participantes apresentam idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos ( $M = 35.48$ ;  $DP = 11.83$ ), e são maioritariamente do sexo feminino (80.9%). No que diz respeito ao estado civil, a maioria é solteiro (51.2%), casado (37.9%), divorciado (10.4%) e apenas 0.4% viúvo. Relativamente às habilitações literárias, a maioria completou o 1º ciclo do ensino superior/licenciatura (36.7%), seguido do ensino secundário (34.8%), mestrado (12.9%), 3º ciclo do ensino básico (11.3%), 2º ciclo do ensino básico (2.7%) e, finalmente, 0.4% concluiu o 1º ciclo do ensino básico e a mesma percentagem o doutoramento. No que concerne à situação profissional, 60% dos participantes encontra-se empregado, 24.2% é estudante, 9.4% desempregado e 2.3% reformado.

#### 2.2. Materiais

##### *Questionário sociodemográfico*

O questionário sociodemográfico permite avaliar informação individual e demográfica dos participantes, nomeadamente o sexo, a idade, o estado civil, as habilitações literárias e a situação profissional.

##### *Escala de empatia (Milfonte & Sibley, 2016)*

A escala de empatia é constituída por três itens (1. *Sou sensível aos sentimentos dos outros*, 2. *Não estou interessado nos problemas das outras pessoas* e 3. *Sinto as emoções dos outros*), medidos numa escala tipo Likert de 7 pontos (1 = “Discordo Totalmente” a 7 = “Concordo Totalmente”). Na presente amostra, obteve-se um valor sofrível de consistência interna para os 3 itens ( $\alpha = .59$ ), não obstante, quando retiramos o item 2, o valor de consistência interna é adequado ( $\alpha = .73$ ).

### ***Vinhetas de caso hipotético de abuso sexual***

Os participantes são expostos a um cenário hipotético de abuso sexual, desenvolvido no contexto do presente estudo, e baseado nas vinhetas dos estudos de Davies e Rogers (2009) e de Graham e colegas (2007), em que uma criança de 7 anos foi vítima de abuso sexual por parte do seu pai. No presente estudo, procedeu-se à manipulação experimental da reação da figura materna ao abuso (culpa a vítima pelo abuso vs. nega a ocorrência do abuso vs. protege a vítima face ao abuso), dando origem a um total de três vinhetas/cenários. A cada participante é apresentado, aleatoriamente, um único cenário. As vinhetas apresentam-se da seguinte forma:

*(1) Maria tem 7 anos, é filha de pais divorciados, mora com a mãe, e visita o pai ao fim-de-semana. Num desses fins-de-semana, numa noite de sábado, o pai estava a ver TV, enquanto Maria dormia. Ao voltar para casa da mãe no domingo, Maria parecia algo distante. Quando a mãe a questionou sobre se se passava algo errado, Maria refere que o pai tinha entrado no seu quarto enquanto ela dormia, acordou-a tocando nos seus genitais e disse-lhe para tocar também nos dele. A mãe ficou horrorizada, culpando Maria pelo que aconteceu. Afirmou que o que a Maria fez foi terrível e que provavelmente foi ela que provocou o pai.*

*(2) Maria tem 7 anos, é filha de pais divorciados, mora com a mãe, e visita o pai ao fim-de-semana. Num desses fins-de-semana, numa noite de sábado, o pai estava a ver TV, enquanto Maria dormia. Ao voltar para casa da mãe no domingo, Maria parecia algo distante. Quando a mãe a questionou sobre se se passava algo errado, Maria refere que o pai tinha entrado no seu quarto enquanto ela dormia, acordou-a tocando nos seus genitais e disse-lhe para tocar também nos dele. A mãe ficou horrorizada, negando que tal tenha acontecido. Afirmou que o mais provável é que Maria tenha sonhado com isso.*

*(3) Maria tem 7 anos, é filha de pais divorciados, mora com a mãe, e visita o pai ao fim-de-semana. Num desses fins-de-semana, numa noite de sábado, o pai estava a ver TV, enquanto Maria dormia. Ao voltar para casa da mãe no domingo, Maria parecia algo distante. Quando a mãe a questionou sobre se se passava algo errado, Maria refere que o pai tinha*

*entrado no seu quarto enquanto ela dormia, acordou-a tocando nos seus genitais e disse-lhe para tocar também nos dele. A mãe ficou horrorizada e tentou confortá-la, assegurando a Maria que não foi culpa dela. A mãe afirmou que o que o pai fez foi terrível e que está disposta a tomar todas as medidas necessárias para a proteger.*

### ***Questionário de atribuições face ao abuso sexual de crianças (adaptado de Davies & Rogers, 2009)***

O presente questionário é apresentado aos participantes após a leitura da vinheta e é constituído por 10 itens, adaptados de Davies e Rogers (2009) e medidos numa escala tipo Likert de 7 pontos (1 = “Discordo Completamente” a 7 = “Concordo Completamente”). Estes itens encontram-se organizados em cinco fatores: severidade do abuso ( $\alpha = .58$ ;  $\rho = .45$ ; e.g., *A Maria poderá ficar traumatizada depois do que aconteceu*), honestidade da vítima ( $\alpha = .77$ ;  $\rho = .63$ ; e.g., *A Maria está a dizer a verdade acerca do acontecimento*), culpabilidade do pepetrador ( $\alpha = .89$ ;  $\rho = .80$ ; e.g., *O pai deve ser culpado pelo que aconteceu*), culpabilidade da vítima ( $\alpha = .44$ ;  $\rho = .33$ ; e.g., *A Maria é culpada pelo que aconteceu*) e credibilidade da vítima ( $\alpha = .59$ ;  $\rho = .43$ ; e.g., *A Maria é competente para providenciar informação fidedigna sobre este tipo de acontecimento*).

### **2.3. Procedimentos de recolha e análise de dados**

O presente estudo é parte integrante de um projeto de investigação mais alargado relacionado com os mitos sobre o abuso sexual, que foi aprovado pela Comissão de Ética do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. A recolha de dados foi realizada com recurso ao *software Qualtrics* e o *link* foi disseminado em plataformas digitais (e.g., *Facebook*). Os participantes foram previamente informados acerca dos seguintes aspetos: (a) contextualização e objetivo do estudo; (b) duração do preenchimento do questionário (cinco minutos, aproximadamente), (c) riscos associados à participação e contactos dos investigadores responsáveis e (d) anonimato, confidencialidade e participação voluntária. Após confirmarem aceitar participar, os sujeitos procederam ao preenchimento dos diferentes instrumentos, pela ordem segundo a qual foram apresentados acima, tendo sido, por último, utilizada uma questão de *manipulation check*, que pretende aferir se a manipulação foi bem sucedida. Esta questão é apresentada da seguinte forma: “Na descrição que foi apresentada a mãe reagiu ao relato

de Maria:”, sendo as opções de resposta as seguintes: “Culpando-a pelo que aconteceu”, “Negando o que aconteceu”, “Protegendo-a face ao que aconteceu” e “Não sei/não me lembro”.

Os dados foram analisados com recurso ao IBM SPSS *Statistics*. Primeiramente, foram obtidas estatísticas descritivas referentes às características sociodemográficas dos participantes e, de seguida, foram realizadas análises de correlação *Pearson* entre as variáveis em estudo. Por fim, tendo em consideração a ampla evidência que sugere o papel do sexo do participante nestes processos (Alcantara et al., 2019; Davies & Rogers, 2009; Davies et al., 2013; Rogers & Davies, 2007; Rogers et al., 2011; Rogers et al., 2014), procedeu-se à realização de uma análise multivariada de covariância controlando para o efeito do sexo (MANCOVA), com o objetivo de testar o papel da reação da figura materna ao abuso (culpabilização da vítima vs. negação do abuso vs. suporte à vítima) nas atribuições dos participantes face ao abuso sexual, à vítima e ao perpetrador, bem como o papel moderador da empatia. Esta última variável foi recodificada, utilizando-se o ponto de corte do percentil 25 para a criação de dois grupos, i.e., um correspondente aos participantes com níveis médios/altos e o outro relativo àqueles com níveis baixos de empatia.

## CAPÍTULO 3

### Resultados

#### 3.1. Estatística descritiva

A análise de correlações revelou associações positivas entre a empatia e atribuições de severidade ao abuso e de honestidade à vítima. Do mesmo modo, foram obtidas correlações positivas e significativas entre as dimensões de atribuições de severidade do abuso, honestidade da vítima, credibilidade da vítima e culpabilidade do perpetrador.

Por outro lado, correlações negativas e significativas foram obtidas entre a culpabilidade da vítima e as dimensões de atribuições de severidade do abuso, honestidade da vítima, credibilidade da vítima e culpabilidade do perpetrador (Quadro 3.1).

#### Quadro 3. 1

*Associação entre as variáveis em estudo*

	<i>M</i>	<i>DP</i>	1	2	3	4	5
1. Empatia	5.85	.89	1				
2. Severidade do abuso	6.56	.75	.172**	1			
3. Culpabilidade da vítima	1.49	.95	-.017	-.498**	1		
4. Honestidade da vítima	5.62	1.27	.141*	.447**	-.415**	1	
5. Culpabilidade do perpetradores	6.37	1.20	.016	.584**	-.536**	.584**	1
6. Credibilidade da vítima	5.45	1.27	.072	.430**	-.244**	.505**	.398**

*Nota:* \*  $p < 0.05$ ; \*\*  $p < 0.01$ ; *M* = Média; *DP* = Desvio Padrão

No que diz respeito às diferenças de médias nas variáveis em estudo em função do sexo dos participantes, foram apenas encontradas diferenças estatisticamente significativas ao nível das atribuições de credibilidade da vítima e da empatia, sendo que os participantes do sexo feminino apresentam níveis mais elevados nas duas dimensões comparativamente com os do sexo masculino (Quadro 3.2).

### Quadro 3. 2

*Diferenças de médias nas variáveis em análise em função do sexo dos participantes*

	Sexo	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t(p-value)</i>	<i>Cohen d</i>
Severidade do abuso	Feminino	6.59	.72	1.234(.218)	.19
	Masculino	6.44	.84		
Culpabilidade da vítima	Feminino	1.43	.88	-1.812(.075)	.31
	Masculino	1.76	1.18		
Honestidade da vítima	Feminino	5.67	1.21	1.370(.172)	.21
	Masculino	5.39	1.49		
Culpabilidade do perpetrador	Feminino	6.44	1.05	1.319(.192)	.24
	Masculino	6.10	1.69		
Credibilidade da vítima	Feminino	5.54	1.19	2.038(.046)	.34
	Masculino	5.08	1.48		
Empatia	Feminino	5.91	.86	2.329(.021)	.88
	Masculino	5.59	.95		

*Nota:* *M* = Média; *DP* = Desvio Padrão;  $N_{\text{feminino}} = 207$ ;  $N_{\text{masculino}} = 49$

### 3.2. O papel da empatia nas atribuições face ao abuso sexual em função da reação da figura materna ao abuso

Com o objetivo de compreender se as atribuições dos participantes face ao abuso sexual, à vítima e ao perpetrador variavam em função da reação da figura materna ao abuso (culpa a vítima pelo abuso vs. nega a ocorrência do abuso vs. protege a vítima face ao abuso) e se a empatia moderava esta relação, foi realizada uma análise multivariada de covariância controlando para o efeito do sexo (MANCOVA). Primeiramente, foi testado o pressuposto da homogeneidade de covariâncias através do teste *M de Box* (271.762,  $p < .001$ ) e, conseqüentemente, foi utilizado o *Traço de Pillai* em vez do *Lambda de Wilk* para avaliar a significância multivariada dos efeitos principais e de interação. A MANCOVA revelou um efeito estatisticamente significativo para a reação da figura materna (Pillai's Trace = .129,  $F(10, 472) = 3.242$ ,  $p < .001$ ), mas não para o efeito direto da empatia (Pillai's Trace = .038,  $F(5, 235) = 1.876$ ,  $p = .099$ ), nem para a o efeito moderador da empatia (Pillai's Trace = .063,  $F(10,472) = 1.532$ ,  $p = .125$ ). As subsequentes ANOVAS revelaram um efeito estatisticamente significativo da reação da figura materna ao abuso na dimensão da culpabilidade do perpetrador ( $F(2, 245) = 5.104$ ,  $p = .007$ ). Finalmente, as comparações *post hoc* (*Tukey HSD*) demonstraram diferenças estatisticamente significativas apenas entre a reação materna de culpa e de negação ( $p = .004$ ), em que os participantes atribuem mais culpa ao perpetrador quando a figura

materna culpa a vítima pelo abuso ( $M = 6.67$ ) do que quando nega a sua ocorrência ( $M = 6.07$ ) (Quadro 3.3).

### Quadro 3.3

*Média e desvio padrão das atribuições face ao abuso sexual em função da vinheta e da empatia*

	Vinheta	Empatia	$M$	$DP$	$n$
Severidade do abuso	Culpa	Baixo	6.50	.87	44
		Médio/elevado	6.56	.87	41
		Total	6.53	.86	85
	Negação	Baixo	6.45	.89	20
		Médio/elevado	6.66	.57	53
		Total	6.60	.68	73
	Suporte	Baixo	6.34	.84	29
		Médio/elevado	6.70	.49	59
		Total	6.59	.64	88
	Total	Baixo	6.44	.86	93
		Médio/elevado	6.65	.64	153
		Total	6.57	.73	246
Culpabilidade da vítima	Culpa	Baixo	1.24	.55	44
		Médio/elevado	1.51	1.01	41
		Total	1.37	.84	85
	Negação	Baixo	1.43	.75	20
		Médio/elevado	1.55	.93	53
		Total	1.52	.88	73
	Suporte	Baixo	1.79	1.34	29
		Médio/elevado	1.44	.91	59
		Total	1.56	1.07	88
	Total	Baixo	1.45	.93	93
		Total	1.48	.93	246

Honestidade da vítima	Culpa	Baixo	5.63	1.26	44
		Médio/elevado	5.96	1.17	41
		Total	5.79	1.22	85
	Negação	Baixo	5.53	1.22	20
		Médio/elevado	5.59	1.28	53
		Total	5.58	1.26	73
	Suporte	Baixo	5.21	1.23	29
		Médio/elevado	5.71	1.13	59
		Total	5.55	1.29	88
	Total	Baixo	5.47	1.34	93
		Médio/elevado	5.74	1.19	153
		Total	5.64	1.26	246
Culpabilidade do perpetrador	Culpa	Baixo	6.75	.56	44
		Médio/elevado	6.59	1.01	41
		Total	6.67	.81	85
	Negação	Baixo	6.23	1.43	20
		Médio/elevado	6.01	1.43	53
		Total	6.07	1.42	73
	Suporte	Baixo	5.89	1.67	29
		Médio/elevado	6.60	.92	59
		Total	6.34	1.25	88
	Total	Baixo	6.37	1.25	93
		Médio/elevado	6.39	1.17	153
		Total	6.38	1.19	246
Credibilidade da vítima	Culpa	Baixo	5.05	1.52	44
		Médio/elevado	5.39	1.31	41
		Total	5.21	1.42	85
	Negação	Baixo	5.63	.96	20
		Médio/elevado	5.66	1.20	53
		Total	5.65	1.14	73
	Suporte	Baixo	5.64	1.27	29
		Médio/elevado	5.56	1.13	59
		Total	5.59	1.17	88
	Total	Baixo	5.35	1.36	93
		Médio/elevado	5.55	1.20	153
		Total	5.48	1.26	246

## CAPÍTULO 4

### **Discussão**

A presente dissertação tinha como objetivo explorar o papel da reação da figura materna ao abuso nas atribuições dos participantes, bem como o papel moderador da empatia nesta relação. No geral, analisando as médias obtidas pelos participantes nas dimensões de atribuições ao abuso sexual, e de forma consistente com a literatura neste âmbito (e.g., Rogers et al., 2011; Rogers et al., 2014), as atribuições realizadas pelos participantes assumiram uma natureza pró-vítima e anti perpetrador.

No que diz respeito aos resultados descritivos, foi possível verificar que a empatia está positivamente correlacionada com as atribuições de severidade ao abuso e de honestidade à vítima, suportando parcialmente a hipótese de que os participantes com pontuações mais reduzidas na empatia fariam atribuições mais negativas ao abuso sexual. Este resultado é consistente com evidência prévia neste domínio. Com efeito, Magalhães e colegas (2021) também encontraram associações positivas entre a empatia e a severidade do abuso e a honestidade da vítima. Haegerich e Bottoms (2000), por sua vez, verificaram que os participantes mais empáticos consideram que a experiência de abuso sexual é suficientemente grave para funcionar como atenuante na prática de um crime. Por outro lado, os resultados não confirmaram a investigação prévia que sugere uma menor atribuição de responsabilidade e uma maior atribuição de credibilidade à vítima pelos participantes mais empáticos (Bottoms, 1993; Bottoms et al., 2014).

Relativamente às diferenças de sexo, verificámos que os participantes do sexo feminino apresentam níveis mais elevados de atribuições de credibilidade à vítima comparativamente com os do sexo masculino. Este resultado corrobora a investigação prévia, que se apresenta como bastante consistente quanto ao facto de as mulheres, em comparação com os homens, tenderem a fazer atribuições mais positivas face ao abuso sexual, nomeadamente no que concerne à credibilidade da vítima (Alcantara et al., 2019; Bottoms & Goodman, 1994; Crowley et al., 1994; Davies & Rogers, 2009; Davies et al., 2013; Rogers & Davies, 2007; Rogers et al., 2007; Rogers et al., 2011). Tal pode também dever-se ao facto de as mulheres, tendencialmente, apresentarem níveis mais elevados de empatia do que os homens (e.g., Bottoms, 1993), dado corroborado pelo presente estudo. Estas diferenças parecem ser explicadas por fatores socioculturais. De acordo com a teoria evolucionária do investimento parental (Trivers, 1972), é expectável que as mulheres, em comparação com os homens, desenvolvam uma maior propensão para as atividades relacionadas com as relações de cuidado. Consequentemente, desenvolvem, também,

competências neste domínio, nomeadamente, ao nível da comunicação (Hojat et al., 2003). Num estudo conduzido com uma amostra de estudantes de medicina, Magalhães e colegas (2011) sugerem um paralelismo entre as referidas capacidades, direcionadas para os filhos, e a empatia, dirigida aos pacientes em contexto clínico. No presente estudo, é possível que este paralelismo se manifeste relativamente à empatia demonstrada pelas mulheres face às vítimas de abuso sexual na infância. Outra possível explicação para o facto de as mulheres apresentarem níveis mais elevados de empatia prende-se com as diferenças entre géneros no que respeita às expectativas sociais sobre os papéis do homem e da mulher. Com efeito, as mulheres apresentam uma maior tendência para desenvolver relacionamentos interpessoais e para oferecer suporte emocional do que os homens, bem como para demonstrar uma maior sensibilidade em situações sociais e adotar atitudes mais humanistas e orientadas para o cuidado a terceiros (Hojat et al., 2003; Hojat et al., 2002; Hojat et al., 2005; Kataoka et al., 2009).

Com base nestes resultados no presente estudo, e na literatura anterior (e.g., Alcantara et al., 2019; Davies & Rogers, 2009; Davies et al., 2013; Rogers & Davies, 2007; Rogers et al., 2007; Rogers et al., 2011), a análise multivariada de variância foi realizada controlando para o efeito do sexo (MANCOVA). Os resultados revelaram um efeito significativo da manipulação (i.e., reação materna) apenas para a dimensão da culpabilidade do perpetrador. Especificamente, os participantes atribuíram significativamente mais culpa ao perpetrador quando a figura materna culpabiliza a vítima pelo abuso do que quando nega a sua ocorrência. Estes resultados corroboram a evidência obtida por Graham e colegas (2007) acerca da ausência de um efeito da reação da família nas atribuições face à vítima, mas contraria os resultados dos autores que observaram que a reação familiar ao abuso não tem impacto nas atribuições de culpa e responsabilidade aos perpetradores.

Este resultado contraria a hipótese formulada de que a presença de suporte materno poderia prever atribuições mais positivas face ao abuso sexual, ao sugerir que não existem diferenças estatisticamente significativas entre a reação materna de suporte à vítima e as reações de não suporte (i.e., culpa e negação), mas sim entre estas últimas. Uma possível explicação para este resultado prende-se com a *defensive attribution hypothesis* (Shaver, 1970). Na investigação sobre as atribuições feitas no âmbito do abuso sexual na infância, esta hipótese surge frequentemente como uma explicação para a atribuição de culpa à vítima, que varia com base na perceção de similaridade com características pessoais da mesma, nomeadamente o sexo. Ou seja, as mulheres,

defensivamente, culpam menos uma vítima do sexo feminino por se perceberem como semelhantes à mesma (Rogers et al., 2009; Graham et al., 2007). Assim, é possível que, no presente estudo, este mecanismo seja ativado com base na percepção de semelhança dos participantes com a figura materna, uma vez que a maior parte da amostra (80.9%) é do sexo feminino. Esta percepção pode conduzir a uma tendência dos participantes para negar a ocorrência do abuso na circunstância em que a figura materna o faz e, conseqüentemente, para atribuírem menos culpa ao perpetrador nesse cenário.

Por outro lado, é também possível que o cenário em que a figura materna culpa a criança pelo abuso contrarie mais o estereótipo da mãe como cuidadora preferencial (e.g., Waterman & Foss-Goodman, 1984) do que aquele em que há uma negação do abuso. Além disso, a idade da vítima apresentada neste estudo (7 anos) pode desempenhar um papel importante, considerando que o referido estereótipo parece ser mais acentuado quando se trata de crianças mais novas (Back & Lips, 1998; Rogers et al., 2007). Paralelamente, a investigação prévia revela uma tendência dos participantes para atribuir menos culpa à vítima pelo abuso quando se trata de crianças mais novas, comparativamente com adolescentes (Back & Lips, 1998; Rogers et al., 2007). Além disso, as mulheres – que, como supramencionado, compõem a maior parte da presente amostra – tendem a atribuir menor culpabilidade à vítima do que os homens num cenário de abuso sexual na infância (e.g., Davies et al., 2011). No seu conjunto, estes fatores, ao contrariarem a reação materna de culpa, podem explicar a percepção dos participantes de que essa reação funciona como um mecanismo de vitimação secundária para a criança (Rasho et al., 2020) e, conseqüentemente, levar a uma maior tendência para protegê-la, atribuindo maior culpabilidade ao perpetrador.

Apesar do contributo inovador do presente estudo, a discussão dos resultados deve ter em conta um conjunto de limitações. Neste sentido, destaca-se a reduzida dimensão da amostra, assim como o desequilíbrio relativamente ao sexo dos participantes (aproximadamente 80% do sexo feminino). Considerando que os homens tendem, no geral, a apresentar atribuições mais negativas face ao abuso sexual na infância (Davies & Rogers, 2009), é importante que a investigação futura recorra a amostras mais equilibradas em termos do sexo dos participantes. Salienta-se, ainda, que a estratégia de recolha dos dados (i.e., a disseminação do questionário nas redes sociais) poderá ter impedido a obtenção de uma amostra suficientemente heterogénea, ao restringir a participação aos indivíduos com acesso às redes sociais. Além disso, a ausência de efeito da empatia pode dever-se a questões metodológicas, nomeadamente, à medida utilizada

(Escala de empatia, de Milfonte & Sibley, 2016) – composta por apenas três itens –, sugerindo, assim, que, no futuro, a avaliação do construto possa incluir medidas mais compreensivas.

Embora a investigação prévia (Graham et al., 2007) não tenha encontrado um efeito significativo da reação da família ao abuso nas atribuições face ao perpetrador, os resultados obtidos no presente estudo realçam a importância de continuar a explorar esta questão. Deste modo, e tendo em conta que, num contexto de abuso sexual, as vítimas adolescentes são, tendencialmente, percecionadas como menos credíveis do que as vítimas mais novas (e.g., Davies & Rogers, 2009), seria importante proceder, no futuro, à manipulação da idade da vítima, com vista a uma melhor compreensão dos resultados do presente estudo. Por outro lado, no sentido de compreender se, de facto, o estereótipo da figura materna como particularmente cuidadora e protetora é ativado aquando da exposição a estes cenários, seria importante analisar estes efeitos considerando cenários em que a reação paterna ao abuso é apresentada, para que possam ser contrastados os resultados com os obtidos neste estudo. Por último, poderia ser relevante recorrer a um cenário hipotético de abuso sexual extrafamiliar, considerando a investigação que sugere uma tendência dos participantes para percecionar o abuso intrafamiliar como tendo consequências mais severas para a vítima comparativamente com o abuso extrafamiliar (e.g., Davies & Rogers, 2009; Davies et al., 2013), o que pode contribuir para diferenças nas atribuições.

Não obstante estas limitações, há um conjunto de implicações para a prática neste domínio que podemos identificar. Sabemos que a reação da figura materna à revelação do abuso sexual e o subsequente nível de suporte que oferece à criança são dos preditores mais importantes na recuperação da mesma e no seu ajustamento psicológico a longo prazo (Elliot & Carnes, 2001; Pintello & Zuravin, 2001). Deste modo, é importante potenciar o papel das figuras cuidadoras na proteção das vítimas, enquanto fontes de suporte, prevenindo a ocorrência de vitimação secundária. Esta questão pode tornar-se particularmente relevante nos casos de abuso sexual intrafamiliar, como o apresentado no presente estudo, considerando que a ausência de suporte materno após o abuso perpetrado pela figura paterna constitui um risco cumulativo para a criança dentro do seio familiar e aumenta a probabilidade de necessidade de intervenção do sistema protetivo (Pintello & Zuravin, 2001). Neste contexto, importa considerar, não somente o impacto negativo que a vitimação sexual tem na criança, mas também nos seus cuidadores, nomeadamente na

figura materna (Corcoran, 1998; Corcoran & Pillai, 2008; McCourt et al., 1998), e potencializar a intervenção junto dos mesmos.

Finalmente, os resultados do presente estudo, segundo os quais a empatia está associada a uma maior atribuição de severidade ao abuso e de honestidade à vítima realça a importância de potencializar respostas empáticas na comunidade. Tal pode contribuir para o aumento da consciência social sobre a necessidade de desenvolver políticas de prevenção do abuso sexual e de medidas protetivas face às vítimas (Mathews & Collin-Vézina, 2016). Estas medidas passam por respostas (familiares, sociais e profissionais) de não descredibilização e não responsabilização da criança, considerando o impacto que as reações negativas perante a revelação do abuso pode ter na saúde mental das vítimas e na sua recuperação (e.g., Antunes & Magalhães, 2019; Ulman & Filipas, 2005).



## CAPÍTULO V

### Conclusão

O impacto das reações sociais à revelação do abuso na concetualização do mesmo transforma a experiência individual de recuperação num processo influenciado por diversas variáveis socioculturais (Antunes & Magalhães, 2019). A compreensão destes fatores explicativos torna-se, portanto, fundamental. Apesar de as limitações do presente estudo poderem constituir um obstáculo à generalização dos resultados obtidos, estes oferecem um contributo relevante para o conhecimento sobre as atribuições face ao abuso sexual na infância.

Concretamente, este estudo contribuiu para a compreensão do papel da reação da figura materna ao abuso nas atribuições feitas neste âmbito, algo que, à data, tanto quanto é do nosso conhecimento, não havia sido explorado na investigação. A referida variável revelou ter um efeito na atribuição de culpabilidade ao perpetrador, sugerindo que diferentes formas de não suporte materno estão relacionadas com diferenças nas atribuições de culpa feitas ao perpetrador. Tal remete para a necessidade de prevenir situações de negação do abuso e de culpa das vítimas por parte dos seus cuidadores, na medida em que, não só configuram formas de vitimação secundária das próprias vítimas, como podem ativar representações sociais negativas sobre o abuso e sobre a vítima, com potencial impacto nos processos de avaliação e intervenção.

Por sua vez, o papel moderador da empatia na relação entre a reação materna ao abuso e as atribuições feitas pelos participantes não se revelou significativo. Não obstante, as associações verificadas entre aquela variável e as atribuições de severidade ao abuso e de honestidade à vítima apontam para a importância de promover uma comunidade mais empática, com vista à efetiva proteção das vítimas.

Considerando, simultaneamente, as consequências da experiência abusiva em si e das atribuições negativas face à mesma (e.g., Fergusson et al., 2013; Ullman & Filipas, 2005), conclui-se ser premente a continuação da investigação neste contexto. A identificação dos fatores que sustentam as referidas atribuições poderá contribuir, em última instância, para a recuperação das vítimas de abuso sexual.



## **Fontes**

Decreto-Lei nº 48/95 de 15 de março. *Diário da República nº 63/1995, Série I-A, 1350-1416*. Ministério da Justiça. Lisboa



## Referências Bibliográficas

- Alaggia, R., Collin-Vézina, D., & Lateef, R. (2017). Facilitators and barriers to child sexual abuse (CSA) disclosures: A research update (2000–2016). *Trauma, Violence, & Abuse*, 20(2), 260-283. <https://doi.org/10.1177/1524838017697312>
- Alcantara, R., Shortway, K. M., & Premph, B. A. (2019). The relationship between social dominance orientation and child sexual abuse credibility assessment. *Journal of Child Sexual Abuse*, 28(4), 400-416. <https://doi.org/10.1080/10538712.2019.1592271>
- Almeida, T. C., Ramos, C., Brito, J., & Cardoso, J. (2020). The juvenile victimization questionnaire: Psychometric properties and poly-victimization among portuguese youth. *Children and Youth Services Review*, 113, 1-9. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2020.105001>
- Anderson, I., & Lyons, A. (2005). The effect of victims' social support on attributions of blame in female and male rape. *Journal of Applied Social Psychology*, 35(7), 1400-1417. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2005.tb02176.x>
- Antunes, C., & Magalhães, E. (2019). Uma leitura narrativa do abuso sexual na adolescência. Dos efeitos do problema aos discursos sociais e ao papel do sistema de justiça. Em M. M. Calheiros, E. Magalhães, & Monteiro, L. (Eds.), *Crianças em risco e perigo. Contextos, investigação e intervenção* (5ª ed., pp. 67-90). Edições Sílabo.
- Arata, C. M. (1998). To tell or not to tell: current functioning of child sexual abuse survivors who disclosed their victimization. *Child Maltreatment*, 3(1), 63-71. <https://doi.org/10.1177/1077559598003001006>
- Arcari, C. (2016). *Violência sexual na infância*. [https://media.wix.com/ugd/5117a5\\_a2981bf43244441ca9966aa60b6ecdc8.pdf](https://media.wix.com/ugd/5117a5_a2981bf43244441ca9966aa60b6ecdc8.pdf)
- Back, S., & Lips, H. M. (1998). Child sexual abuse: Victim age, victim gender, and observer gender as factors contributing to attributions of responsibility. *Child Abuse & Neglect*, 22(12), 1239-1252. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(98\)00098-2](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(98)00098-2)
- Banton, O., & West, K. (2019). Gendered perceptions of sexual abuse: Investigating the effect of offender, victim and observer gender on the perceived seriousness of child sexual abuse. *Journal of Child Sexual Abuse*, 29(3), 247-262. <https://doi.org/10.1080/10538712.2019.1663967>
- Barth, J., Bermetz, L., Heim, E., Trelle, S., & Tonia, T. (2013). The current prevalence of child sexual abuse worldwide: A systematic review and meta-analysis. *Public Health*, 58(3), 469-483. <https://doi.org/10.1007/s00038-012-0426-1>

- Beitchman, J. H., Zucker, K. J., Hood, J. E., daCosta, G. A., Akman, D., & Cassavia, E. (1992). A review of the long-term effects of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 16(1), 101-118. [https://doi.org/10.1016/0145-2134\(92\)90011-F](https://doi.org/10.1016/0145-2134(92)90011-F)
- Berkowitz, C. D. (1997). Failure to protect: A spectrum of culpability: A commentary. *Journal of Child Sexual Abuse*, 6(1), 81-84. [https://doi.org/10.1300/J070v06n01\\_05](https://doi.org/10.1300/J070v06n01_05)
- Bolen, R. M. (2002). Guardian support of sexually abused children. A definition in search of a construct. *Trauma, Violence, & Abuse*, 3(1), 40-67. <https://doi.org/10.1177/15248380020031003>
- Bottoms, B. L. (1993). Individual differences in perceptions of child sexual assault victims. Em G. S. Goodman, & B. L. Bottoms (Eds.), *Child victims, child witnesses: Understanding and improving testimony* (pp. 229-261). Guilford. <https://psycnet.apa.org/record/1993-97464-010>
- Bottoms, B. L., & Goodman, G. S. (1994). Perceptions of children's credibility in sexual assault cases. *Journal of Applied Social Psychology*, 24(8), 702-732. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.1994.tb00608.x>
- Bottoms, B. L., Peter-Hagene, L. C., Stevenson, M. C., Wiley, T. R. A., Mitchell, T. S., & Goodman, G. S. (2014). Explaining gender differences in jurors' reactions to child sexual assault cases. *Behavioral Sciences and the Law*, 32(6), 789-812. <https://doi.org/10.1002/bsl.2147>
- Brenner, I., & Ben-Amitay, G. (2015). Sexual revictimization: The impact of attachment anxiety, accumulated trauma, and response to childhood sexual abuse disclosure. *Violence and Victims*, 30(1), 49-65. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.VV-D-13-00098>
- Caplan, P. J. (1990). Making mother-blaming visible: The emperor's new clothes. *Women & Therapy*, 10(1-2), 61-70. [https://doi.org/10.1300/J015v10n01\\_06](https://doi.org/10.1300/J015v10n01_06)
- Caprioli, S., & Crenshaw, D. A. (2015). The culture of silencing child victims of sexual abuse: Implications for child witnesses in court. *Journal of Humanistic Psychology*, 57(2), 1-20. <https://doi.org/10.1177/0022167815604442>
- Castelli, P., Goodman, G., & Ghetti, S. (2005). Effects of interview style and witness age on perceptions of children's credibility in sexual abuse cases. *Journal of Applied Social Psychology*, 35(2), 297-319. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2005.tb02122.x>
- Chapman, D. P., Whitfield, C. L., Felitti, V. J., Dube, S. R., Edwards, V. J., & Anda, R. F. (2004). Adverse childhood experiences and the risk of depressive disorders in adulthood. *Journal of Affective Disorders*, 82(2), 217-225. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2003.12.013>

- Coller, S. A., & Resick, 9 A. (1987). Women's attributions of responsibility for date rape: The influence of empathy and sex-role stereotyping. *Violence and Victims*, 2(2), 115-125. <https://www.researchgate.net/publication/20002449>
- Collin-Vézina, D., Sablonnière-Griffin, M., Palmer, A. M., & Milne, L. (2015). A preliminary mapping of individual, relational, and social factors that impede disclosure of childhood sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 43, 123-134. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.03.010>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2020). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2019*. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/relatorio-atividades>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2021). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2020*. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/relatorio-atividades>
- Corcoran, J. (1998). In defense of mothers of sexual abuse victims. *Families in Society: The Journal of Contemporary Human Services*, 79(4), 358-369. <https://doi.org/10.1606/1044-3894.698>
- Corcoran, J., & Pillai, V. (2008). A meta-analysis of parent-involved treatment for child sexual abuse. *Research on Social Work Practice*, 18(5), 453-456. <https://doi.org/10.1177/1049731507313980>
- Courtois, C. A. (2004). Complex trauma, complex reactions: Assessment and treatment. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 5(1), 86-100. <https://doi.org/10.1037/1942-9681.S.1.86>
- Croghan, R., & Miell, D. (1995). Blaming our mothers, blaming ourselves: Women's accounts of childhood abuse and disruption. *Feminism & Psychology*, 5(1), 31-46. <https://doi.org/10.1177/0959353595051004>
- Crowley, M. J., O'Callaghan, M. G., & Ballt, P. J. (1994). The juridical impact of psychological expert testimony in a simulated child sexual abuse trial. *Law and Human Behavior*, 18(1), 89-105. <https://doi.org/10.1007/BF01499146>
- Davies, M., Patel, F., & Rogers, P. (2013). Examining the roles of victim–perpetrator relationship and emotional closeness in judgments toward a depicted child sexual abuse case. *Journal of Interpersonal Violence*, 28(5), 887-909. <https://doi.org/10.1177/0886260512459376>
- Davies, M., & Rogers, P. (2009). Perceptions of blame and credibility toward victims of childhood sexual abuse: Differences across victim age, victim-perpetrator relationship,

- and respondent gender in a depicted case. *Journal of Child Sexual Abuse*, 18(1), 78-92. <https://doi.org/10.1080/10538710802584668>
- Deitz, S. R., Blackwell, K. T., Daley, P. C., & Bentley, B. J. (1982). Measurement of empathy toward rape victims and rapists. *Journal of Personality and Social Psychology*, 43(2), 372-384. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.43.2.372>
- Edelson, M. G. (2012). Why have all the boys gone? Gender differences in prosecution acceptance of child sexual abuse cases. *Sexual Abuse*, 25(5), 461-481. <https://doi.org/10.1177/1079063212465900>
- Elliot, A. N., & Carnes, C. N. (2001). Reactions of nonoffending parents to the sexual abuse of their child: A review of the literature. *Child Maltreatment*, 6(4), 314-331. <https://doi.org/10.1177/1077559501006004005>
- Enyedy, A., Tsikouras, P., & Csorba, R. (2018). Medical and legal aspects of child sexual abuse: A population-based study in a hungarian county. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 15(4), 1-9. <https://doi.org/10.3390/ijerph15040701>
- Fergusson, D. M., McLeod, G. F. H., & Horwood, L. J. (2013). Childhood sexual abuse and adult developmental outcomes: Findings from a 30-year longitudinal study in New Zealand. *Child Abuse & Neglect*, 37(9), 664-674. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2013.03.013>
- Fergusson, D. M., & Mullen, P. E. (1999). *Childhood sexual abuse: An evidence-based perspective*. Sage Publications.
- Figueiredo, B., Bifulco, A., Paiva, C., Maia, A., Fernandes, E., & Matos, R. (2004). History of childhood abuse in portuguese parents. *Child Abuse & Neglect*, 28(6), 669-682. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2003.11.021>
- Finkelhor, D. (1994a). The international epidemiology of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 18(5), 409-417. [https://doi.org/10.1016/0145-2134\(94\)90026-4](https://doi.org/10.1016/0145-2134(94)90026-4)
- Finkelhor, D. (1994b). Current information on the scope and nature of child sexual abuse. *The Future of Children*, 4(2), 31-53. <https://doi.org/10.2307/1602522>
- Finkelhor, D., Shattuck, A., Turner, H. A., & Hamby, S. L. (2014). The lifetime prevalence of child sexual abuse and sexual assault assessed in late adolescence. *Journal of Adolescent Health*, 55(3), 329-333. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2013.12.026>
- Fontanella, C., Harrington, D., & Zuravin, S. J. (2001). Gender differences in the characteristics and outcomes of sexually abused preschoolers. *Journal of Child Sexual Abuse*, 9(2), 21-40. [https://doi.org/10.1300/J070v09n02\\_02](https://doi.org/10.1300/J070v09n02_02)

- Foster, J. M., & Hagedorn, W. B. (2014). Through the eyes of the wounded: A narrative analysis of children's sexual abuse experiences and recovery process. *Journal of Child Sexual Abuse, 23*(5), 538-557. <https://doi.org/10.1080/10538712.2014.918072>
- Frías, S. M., & Erviti, J. (2014). Gendered experiences of sexual abuse of teenagers and children in Mexico. *Child Abuse & Neglect, 38*(4), 776-787. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2013.12.001>
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar – Manejo, terapia & intervenção legal integrados*. Artes médicas.
- Gekoski, A., Davidson, J. C., & Horvath, M. A. H. (2016). The prevalence, nature, and impact of intrafamilial child sexual abuse: Findings from a rapid evidence assessment. *Journal of Criminological Research, Policy and Practice, 2*(4), 231-243. Permanent link to this document. <https://doi.org/10.1108/JCRPP-05-2016-0008>
- Goldman, J. D. G., & Padayachi, U. K. (1997). The prevalence and nature of child sexual abuse in Queensland, Australia. *Child Abuse & Neglect, 21*(5), 489-498. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(97\)00008-2](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(97)00008-2)
- Graham, L., Rogers, P., & Davies, M. (2007). Attributions in a hypothetical child sexual abuse case: Roles of abuse type, family response and respondent gender. *Journal of Family Violence, 22*(8), 733-745. <https://doi.org/10.1007/s10896-007-9121-z>
- Greene, T., Neria, Y., & Gross, R. (2016). Prevalence, detection and correlates of PTSD in the primary care setting: A systematic review. *Journal of Clinical Psychology in Medical Settings, 23*(2), 160-180. <https://doi.org/10.1007/s10880-016-9449-8>
- Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (Org.) (2011). *Intervenção psicológica para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual: Manual de capacitação profissional*. Casa do Psicólogo.
- Haegerich, T. M., & Bottoms, B. L. (2000). Empathy and jurors' decisions in patricide trials involving child sexual assault allegations. *Law and Human Behavior, 24*(4), 421-448. <https://doi.org/10.1023/A:1005592213294>
- Heriot, J. (1996). Maternal protectiveness following the disclosure of intrafamilial child sexual abuse. *Journal of Interpersonal Violence, 11*(2), 181-194. <https://doi.org/10.1177/088626096011002003>
- Hojat, M., Gonnella, J. S., Mangione, S., Nasca, T. J., & Magee, M. (2003). Physician empathy in medical education and practice: experience with the Jefferson scale of physician empathy. *Seminars in Integrative Medicine, 1*(1), 25-41. [https://doi.org/10.1016/S1543-1150\(03\)00002-4](https://doi.org/10.1016/S1543-1150(03)00002-4)

- Hojat, M., Gonnella, J. S., Nasca, T. J., Mangione, S., Vergare, M., & Magee, M. (2002). Physician empathy: Definition, components, measurement, and relationship to gender and specialty. *The American Journal of Psychiatry*, *159*(9), 1563-1569. <https://doi.org/10.1176/appi.ajp.159.9.1563>
- Hojat, M., Zuckerman, M., Magee, M., Mangione, S., Nasca, T., Vergare, M., & Gonnella, J. (2005). Empathy in medical students as related to specialty interest, personality, and perceptions of mother and father. *Personality and Individual Differences*, *39*(7), 1205-1215. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2005.04.007>
- Hong, P. Y., Ilardi, S. S., & Lishner, D. A. (2011). The aftermath of trauma: The impact of perceived and anticipated invalidation of childhood sexual abuse on borderline symptomatology. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, *3*(4), 360-368. <https://doi.org/10.1037/a0021261>
- Honor, G., & Fischer, B. A. (2016). Child sexual abuse revictimization: Child demographics, familial psychosocial factors, and sexual abuse case characteristics. *Journal of Forensic Nursing*, *12*(4), 151-159. <https://doi.org/10.1097/JFN.0000000000000124>
- Jensen, T. K., Gulbrandsen, W., Mossige, S., Reichelt, S., & Tjersland, O. A. (2005). Reporting possible sexual abuse: A qualitative study on children's perspectives and the context for disclosure. *Child Abuse & Neglect*, *29*(12), 1395-1413. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2005.07.004>
- Jones, T. M., & Bottoms, B. L. (2020). Child victim empathy mediates the influence of jurors' sexual abuse experiences on child sexual abuse case judgments: Meta-analyses. *Psychology, Public Policy, and Law*, *26*(3), 312-332. <https://doi.org/10.1037/law0000231>
- Kataoka, H. U., Koide, N., Ochi, K., Hojat, M., & Gonnella, J. S. (2009). Measurement of empathy among Japanese medical students: Psychometrics and score differences by gender and level of medical education. *Academic Medicine*, *84*(9), 1192-1197. <https://doi.org/10.1097/ACM.0b013e3181b180d4>
- Kendall-Tackett, K. A., Williams, L. M., & Finkelhor, D. (1993). Impact of sexual abuse on children: A review and synthesis of recent empirical studies. *Psychological Bulletin*, *113*(1), 164-180. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.113.1.164>
- Kennedy, A. C., & Prock, K. A. (2016). "I still feel like i am not normal": A review of the role of stigma and stigmatization among female survivors of child sexual abuse, sexual assault, and intimate partner violence. *Trauma, Violence, & Abuse*, *19*(5), 512-527. <https://doi.org/10.1177/1524838016673601>

- Kleinke, C. L., & Meyer, C. (1990). Evaluation of rape victim by men and women with high and low belief in a just world. *Psychology of Women Quarterly*, *14*(3), 343-353. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1990.tb00024.x>
- Liu, T., O'Brien, J. E., Li, W., & Zhu, Y. (2020). Child victimization in China: Prevalence and links to family contextual characteristics using a representative sample. *Children and Youth Services Review*, *112*, 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.104919>
- Loinaz, I., Bigas, N., & Ma de Sousa, A. (2019). Comparing intra and extra-familial child sexual abuse in a forensic context. *Psicothema*, *31*(3), 271-276. <https://doi.org/10.7334/psicothema2018.351>
- Lyon, T. D., & Dente, J. A. (2012). Child witnesses and the confrontation clause. *The Journal of Criminal Law & Criminology*, *102*(4), 1181-1232. [https://www.researchgate.net/publication/265728446\\_Child\\_witnesses\\_and\\_the\\_Confrontation\\_Clause](https://www.researchgate.net/publication/265728446_Child_witnesses_and_the_Confrontation_Clause)
- Magalhães, E., Graça, J., Antunes, C., Ferreira, C., & Pinheiro, M. (2021). Why are men more likely to endorse myths about child sexual abuse than women? Evidence from disposition and situation-based approaches. *Child Maltreatment*. <https://doi.org/10.1177/1077559520988353>
- Magalhães, E., Salgueira, A. P., Costa, P., & Costa, M. J. (2011). Empathy in senior year and first year medical students: A cross-sectional study. *BMC Medical Education*, *11*(52), 1-7. <https://doi.org/10.1186/1472-6920-11-52>
- Magalhães, T., Taveira, F., Jardim, P., Santos, L., Matos, E., & Santos, A. (2009). Sexual abuse of children. A comparative study of intra and extra-familial cases. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, *16*(8), 455-459. <https://doi.org/10.1016/j.jflm.2009.05.007>
- Majeed-Ariss, R., Karsna, K., & White, C. (2019). The nature of child sexual abuse among boys and girls attending Saint Mary's Sexual Assault Referral Centre in Greater Manchester. *Child Abuse Review*, *28*(6), 431-441. <https://doi.org/10.1002/car.2588>
- Maria, S., & Ornelas, J. (2010). O papel da comunidade na prevenção dos abusos sexuais de crianças (ASC). *Análise Psicológica*, *28*(3), 411-436. [https://www.researchgate.net/publication/262775853\\_O\\_papel\\_da\\_comunidade\\_na\\_prevencao\\_dos\\_Abusos\\_Sexuais\\_de\\_Criancas\\_ASC](https://www.researchgate.net/publication/262775853_O_papel_da_comunidade_na_prevencao_dos_Abusos_Sexuais_de_Criancas_ASC)
- Mathews, B., & Collin-Vézina, D. (2019). Child sexual abuse: Toward a conceptual model and definition. *Trauma, Violence & Abuse*, *20*(2), 131-148. <https://doi.org/10.1177/1524838017738726>

- McCauley, M. R., & Parker, J. F. (2001). When will a child be believed? The impact of the victim's age and juror's gender on children's credibility and verdict in a sexual-abuse case. *Child Abuse & Neglect*, 25(4), 523-539. [https://doi.org/10.1016/s0145-2134\(01\)00224-1](https://doi.org/10.1016/s0145-2134(01)00224-1)
- McCourt, J., Peel, J. C. F., & O'carroll, P. (1998). The effects of child sexual abuse on the protecting parent(s): Identifying a counselling response for secondary victims. *Counselling Psychology Quarterly*, 11(3), 283-299. <http://dx.doi.org/10.1080/09515079808254061>
- McElvaney, R., Green, S., & Hogan, D. (2013). To tell or not to tell? Factors influencing young people's informal disclosures of child sexual abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 29(5), 928-947. <https://doi.org/10.1177/0886260513506281>
- McNeish, D., & Scott, S. (2018). *Key messages from research on intra-familial child sexual abuse*. [https://www.csacentre.org.uk/index.cfm/\\_api/render/file/?method=inline&fileID=CCB6D637-308F-4C6F-95DF0AC61E61E3AA](https://www.csacentre.org.uk/index.cfm/_api/render/file/?method=inline&fileID=CCB6D637-308F-4C6F-95DF0AC61E61E3AA)
- Milfont, T. L., & Sibley, C. G. (2016). Empathic and social dominance orientations help explain gender differences in environmentalism: A one-year Bayesian mediation analysis. *Personality and Individual Differences*, 90, 85-88. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2015.10.044>
- Messman-Moore, T. L., & Siegfried, N. J. (2000). The revictimization of child sexual abuse survivors: an examination of the adjustment of college women with child sexual abuse, adult sexual assault, and adult physical abuse. *Child Maltreatment*, 5(1), 18-27. <https://doi.org/10.1177/1077559500005001003>
- Moody, G., Cannings-John, R., Hood, K., Kemp, A., & Robling, M. (2018). Establishing the international prevalence of self-reported child maltreatment: A systematic review by maltreatment type and gender. *BMC Public Health*, 18(1164), 1-15. <https://doi.org/10.1186/s12889-018-6044-y>
- Morrison, S. E., Bruce, C., & Wilson, S. (2018). Children's disclosure of sexual abuse: A systematic review of qualitative research exploring barriers and facilitators. *Journal of Child Sexual Abuse*, 27(2), 176-194. <https://doi.org/10.1080/10538712.2018.1425943>
- Nightingale, N. N. (1993). Juror reactions to child victim witnesses. Factors affecting trial outcome. *Law and Human Behavior*, 17(6), 679-694. <https://doi.org/10.1007/BF01044689>

- Palo, A. D., & Gilbert, B. O. (2015). The relationship between perceptions of response to disclosure of childhood sexual abuse and later outcomes. *Journal of Child Sexual Abuse*, 24(5), 445-463. <https://doi.org/10.1080/10538712.2015.1042180>
- Perdahli Fis, N., Arman, A., Kalaca, S., & Berkem, M. (2010). Psychiatric evaluation of sexual abuse cases: A clinical representative sample from Turkey. *Children and Youth Services Review*, 32(10), 1285-1290. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2010.04.020>
- Pereda, N., Guilera, G., & Abad, J. (2014). Victimization and polyvictimization of Spanish children and youth: Results from a community sample. *Child Abuse & Neglect*, 38(4), 640–649. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2014.01.01>
- Pereda, N., Guilera, G., Forns, M., Gómez-Benito, J. (2009a). The international epidemiology of child sexual abuse: A continuation of Finkelhor (1994). *Child Abuse & Neglect*, 33(6), 331-342. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19477003/>
- Pereda, N., Guilera, G., Forns, M., Gómez-Benito, J. (2009b). The prevalence of child sexual abuse in community and student samples: A meta-analysis. *Clinical Psychology Review*, 29(4), 328-338. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2009.02.007>
- Pérez-Fuentes, G., Olfson, M., Villegas, L., Morcillo, C., Wang, S., & Blanco, C. (2013). Prevalence and correlates of child sexual abuse: a national study. *Comprehensive Psychiatry*, 54(1), 16-27. <https://doi.org/10.1016/j.comppsy.2012.05.010>
- Petronio, S., Redder, H. M., Hecht, M. L., & Ros-Mendoza, T. M. (1996). Disclosure of sexual abuse by children and adolescents. *Journal of Applied Communication Research*, 24(3), 181–199. <https://doi.org/10.1080/00909889609365450>
- Pintello, D., & Zuravin, S. (2001). Intrafamilial child sexual abuse: Predictors of postdisclosure maternal belief and protective action. *Child Maltreatment*, 6(4), 344-352. <https://doi.org/10.1177/1077559501006004007>
- Putnam, F. W. (2003). Ten-year research update review: Child sexual abuse. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 42(3), 269–278. <https://doi.org/10.1097/00004583-200303000-00006>
- Rasho, A. R., Guarnaccia, C., & Villerbu, L. (2020). The traumatic impact of socio-judicial procedures and risk of second victimization on sexually abused children. *International Journal of Psychoanalysis and Education*, 13-26. <https://hal.univ-rennes2.fr/hal-02508967>

- Reitsema, A. M., & Grietens, H. (2015). Is anybody listening? The literature on the dialogical process of child sexual abuse disclosure reviewed. *Trauma, Violence, & Abuse, 17*(3), 1-11. <https://doi.org/10.1177/1524838015584368>
- Rice, M. E., & Harris, G. T. (2002). Men who molest their sexually immature daughters: Is a special explanation required? *Journal of Abnormal Psychology, 111*(2), 329-339. <https://doi.org/10.1037//0021-843X.111.2.329>
- Richards, K. (2011). *Misperceptions about child sex offenders*. <https://eprints.qut.edu.au/65316/1/65316.pdf>
- Roesler, T. A. (1994). Reactions to disclosure of childhood sexual abuse. The effect on adult symptoms. *The Journal of Nervous and Mental Disease, 182*(11), 618-624. <https://doi.org/10.1097/00005053-199411000-00004>
- Rogers, P., & Davies, M. (2007). Perceptions of victims and perpetrators in a depicted child sexual abuse case. Gender and age factors. *Journal of Interpersonal Violence, 22*(5), 566-584. <https://doi.org/10.1177/0886260506298827>
- Rogers, P., Josey, N., & Davies, M. (2007). Victim age, attractiveness and, abuse history as factors in the perception of a hypothetical child sexual abuse case. *Journal of Sexual Aggression, 13*(2), 121-137. <https://doi.org/10.1080/13552600701644835>
- Rogers, P., Lowe, M., & Boardman, M. (2014). The roles of victim symptomology, victim resistance and respondent gender on perceptions of a hypothetical child sexual abuse case. *Journal of Forensic Practice, 16*(1), 18-31. <https://doi.org/10.1108/JFP-08-2012-0004>
- Rogers, P., Titterington, L., & Davies, M. (2009). Attributions of blame and credibility in a hypothetical child sexual abuse case: Roles of victim disability, victim resistance and respondent gender. *International Journal of Disability, Development and Education, 56*(3), 205-228. <http://dx.doi.org/10.1080/10349120903102189>
- Rogers, P., Wczasek, R., & Davies, M. (2011). Attributions of blame in a hypothetical internet solicitation case: Roles of victim naivety, parental neglect and respondent gender. *Journal of Sexual Aggression, 17*(2), 196-214. <https://doi.org/10.1080/13552601003664869>
- Seto, M. C., Lalumiere, M. L., & Kuban, M. (1999). The sexual preferences of incest offenders. *Journal of Abnormal Psychology, 108*(2), 267-272. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.108.2.267>
- Schaeffer, P., Leventhal, J. M., & Asnes, A. G. (2011). Children's disclosures of sexual abuse: Learning from direct inquiry. *Child Abuse & Neglect, 35*(5), 343-352. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2011.01.014>

- Schönbucher, V., Maier, T., Mohler-Kuo, M., Schnyder, U., & Landolt, M. A. (2012). Disclosure of child sexual abuse by adolescents: A qualitative in-depth study. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(17) 3486–3513. <https://doi.org/10.1177/0886260512445380>
- Shalhoub-Kevorkian, N. (2005). Disclosure of child abuse in conflict areas. *Violence Against Women*, 11(10), 1263–1291. <https://doi.org/10.1177/1077801205280180>
- Shaver, K. G. (1970). Defensive attribution: effects of severity and relevance on the responsibility assigned for an accident. *Journal of Personality and Social Psychology*, 14(2), 101-113. <https://doi.org/10.1037/h0028777>
- Stoltenborgh, M., Bakermans-Kranenburg, M. J., Alink, L. R. A., & van IJzendoorn, M. H. (2014). The prevalence of child maltreatment across the globe: Review of a series of meta-analyses. *Child Abuse Review*, 24(1), 37–50. <https://doi.org/10.1002/car.2353>
- Stoltenborgh, M., van IJzendoorn, M. H., Euser, E. M., & Bakermans-Kranenburg, M. J. (2011). A global perspective on child sexual abuse: Meta-analysis of prevalence around the world. *Child Maltreatment*, 16(2), 79-101. <https://doi.org/10.1177/1077559511403920>
- Stroebel, S. S., O'Keefe, S. L., Beard, K. W., Kuo, S., Swindell, S. V. S., & Kommor, M. J. (2012). Father–daughter incest: Data from an anonymous computerized survey. *Journal of Child Sexual Abuse*, 21(2), 176-199. <https://doi.org/10.1080/10538712.2012.654007>
- Summit, R. C. (1983). The child sexual abuse accommodation syndrome. *Child Abuse & Neglect*, 7(2), 177-193. [https://doi.org/10.1016/0145-2134\(83\)90070-4](https://doi.org/10.1016/0145-2134(83)90070-4)
- Tener, D. (2017). The secret of intrafamilial child sexual abuse: who keeps it and how? *Journal of Child Sexual Abuse*, 27(1), 1-21. <https://doi.org/10.1080/10538712.2017.1390715>
- Trivers, R. (1972). Parental investment and sexual selection. Em B. G. Campbell (Ed.), *Sexual selection and the descent of man* (pp. 1871-1971). Aldine.
- Ullman, S. E. (2003). Social reactions to child sexual abuse disclosures: A critical review. *Journal of Child Sexual Abuse*, 12(1), 89-121. [https://doi.org/10.1300/J070v12n01\\_05](https://doi.org/10.1300/J070v12n01_05)
- Ullman, S. E. (2007). Relationship to perpetrator, disclosure, social reactions, and PTSD symptoms in child sexual abuse survivors. *Journal of Child Sexual Abuse*, 16(1), 19-36. [https://doi.org/10.1300/J070v16n01\\_02](https://doi.org/10.1300/J070v16n01_02)
- Ullman, S. E., & Filipas, H. H. (2005). Gender differences in social reactions to abuse disclosures, post-abuse coping, and PTSD of child sexual abuse survivors. *Child Abuse & Neglect*, 29(7), 767-782. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2005.01.005>

- Ventus, D., Antfolk, J., & Salo, B. (2017). The associations between abuse characteristics in child sexual abuse: a meta-analysis. *Journal of Sexual Aggression, 23*(2), 167-180. <https://doi.org/10.1080/13552600.2017.1318963>
- Walker, J. L., Carey, P. D., Mohr, N., Stein, D. J., & Seedat, S. (2004). Gender differences in the prevalence of childhood sexual abuse and in the development of pediatric PTSD. *Archives of Women's Mental Health, 7*, 111-121. <https://doi.org/10.1007/s00737-003-0039-z>
- Waterman, C. K., & Foss-Goodman, D. (1984). Child molesting: Variables relating to attribution of fault to victims, offenders, and nonparticipating parents. *The Journal of Sex Research, 20*(4), 329-349. <https://doi.org/10.1080/00224498409551231>
- World Health Organization (2017). *Responding to children and adolescents who have been sexually abused*. WHO Clinical Guidelines. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/259270/9789241550147-eng.pdf>
- Zagrodny, J. L., & Cummings, J. A. (2016). Impact of perpetrator type on attributions of mother fault in child sexual abuse. *Journal of Child Sexual Abuse, 25*(8), 827-845. <https://doi.org/10.1080/10538712.2016.1236870>